

# 1° SIMULADO DEFENSORIA PÚBLICA DF ANALISTA





# Simulado Especial

# 1° Simulado DPDF

Nome:			

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 Este simulado conta com questões focadas no concurso da DPDF;
- 2 A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como "certo" ou "errado".
- 4 Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

### PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - https://bit.ly/Simulado-DPDF-09-05-20

```
97 - Ĉ Ê
01 – Ĉ 🖹
        25 - (C) (E)
                 49 – Ĉ Ê
                           73 - Ĉ Ê
02-CE 26-CE 50-CE
                          74 – Ĉ Ê
                                   98 - C E
03 - Ĉ Ê 27 - Ĉ Ê 51 - Ĉ Ê
                                   99 - C E
                          75 – Ĉ Ê
04-ĈÊ 28-ĈÊ 52-ĈÊ
                          76-© Ê 100-© Ê
05-ĈÊ 29-ĈÊ 53-ĈĒ
                          77-CE 101-CE
06-ĈÊ 30-ĈÊ 54-ĈÊ
                          78 - Ĉ Ê 102 - Ĉ Ê
07 - ĈÊ 31 - ĈÊ 55 - ĈÊ
                          79 - C E 103 - C E
08 - ĈÊ 32 - ĈÊ 56 - ĈĒ
                          80-CE 104-CE
09-© Ê 33-© Ê 57-© Ê
                          81-© (E) 105-(C) (E)
10-ĈÊ 34-ĈÊ 58-ĈÊ
                          82 - C E 106 - C E
11-CE 35-CE 59-CE
                          83 - C E 107 - C E
12 - Ĉ Ê 36 - Ĉ Ê 60 - Ĉ Ê
                          84-CE 108-CE
13 - Ĉ Ê 37 - Ĉ Ê 61 - Ĉ Ê
                                   109 - C E
                          85 – Ĉ Ê
14-ĈÊ 38-ĈÊ 62-ĈÊ
                                   110 - C E
                           86 – C E
15 − Ĉ Ê 39 − Ĉ Ê
                 63 − Ĉ Ê
                                   111 - Ĉ Ê
                           87 – Ĉ Ê
                                    112 – Ĉ 🖹
16 – Ĉ Ê
        40 − Ĉ Ê
                 64 – Ĉ Ê
                           88 – Ĉ Ê
                                    113 – Ĉ Ê
17 – Ĉ Ê
        41 – Ĉ Ê
                 65 - C E
                           89 – Ĉ Ê
18 – Ĉ Ê
        42 – Ĉ Ê
                 66 − Ĉ È
                           90 - C E
                                    114 - C E
19 – Ĉ 🖹
        43 − Ĉ Ê
                 67 − Ĉ Ê
                           91 – Ĉ Ê
                                    115 - C E
20 - C E
        44 - C E
                 68 − Ĉ Ê
                           92 – Ĉ 🖹
                                    116 - C E
21 - C E
        45 - (C) (E)
                 69 − Ĉ Ê
                           93 − Ĉ Ê
                                    117 – Ĉ Ê
22 - C E
        46 - C E
                 70 - C E
                           94 − Ĉ Ē
                                    118 - C E
23 - C E
                 71 – Ĉ Ê
                                    119 – Ĉ Ê
        47 – Ĉ 🖹
                           95 − Ĉ Ê
24 - Ĉ Ê
                 72 - C E
                                    120 − Ĉ Ê
        48 - (C) (E)
                           96 - C E
```

**PORTUGUÊS** 

**Carlos Roberto** 





### **TEXTO I**

### O impacto da pandemia nos índices de criminalidade

Desde que as primeiras medidas de isolamento social foram adotadas no Brasil, em meados de março, para tentar conter o avanço do novo coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro vem alegando que as restrições poderão levar ao aumento da violência. "O povo passando necessidade grave, nós podemos ter saque, invasão de supermercado, algumas regiões do país sem lei", afirmou em 30 de março.

O setor de inteligência do governo chegou a traçar alguns cenários de descontrole social, com a ocorrência de ondas de saques até em hospitais. Parte dos militares que integram o governo passou a usar o argumento para endossar o discurso do presidente e defender o chamado isolamento vertical, em que apenas os grupos de risco, como idosos e pessoas com doenças crônicas, ficam isolados. Não há, porém, comprovação científica de que essa estratégia funcione.

Dados preliminares de capitais como São Paulo e Rio de Janeiro mostram que houve redução nos chamados crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos. Segundo um levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, essa tendência também foi observada nos Estados Unidos e em países da Europa.

Ao mesmo tempo, o número de homicídios ficou estável e até aumentou nas duas cidades. No Rio, o fato pode estar ligado à guerra entre quadrilhas rivais, segundo o jornal O Globo. Não se sabe a causa do aumento das mortes em São Paulo. Especialistas em segurança pública alertam que é difícil explicar o fenômeno sem conhecer a natureza desses crimes, que podem estar ligados ao tráfico de drogas, disputas territoriais ou mesmo ao aumento das tensões domésticas.

Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/14/Qualo-impacto-da-pandemia-nos-%C3%ADndices-de-criminalidade

Com base no texto acima, julgue os itens abaixo quanto aos aspectos semânticos e linguísticos.

**01.** O registro das vírgulas antes e depois da oração "para tentar conter o avanço do novo coronavírus", no primeiro parágrafo do texto, justifica-se pela necessidade de evidenciar o deslocamento de orações adverbiais de longa extensão.

- **02.** As aspas utilizadas em "O povo passando necessidade grave, nós podemos ter saque, invasão de supermercado, algumas regiões do país sem lei" caracterizam a utilização do discurso indireto do presidente.
- **03.** O redator poderia ter escrito o segundo período do segundo parágrafo da seguinte forma: "Parte dos militares que integram o governo **passaram** a usar o argumento para endossar o discurso do presidente...".
- **04.** No terceiro parágrafo do texto, o pronome demonstrativo "essa" foi empregado com função catafórica em "... **essa** tendência também foi observada nos Estados Unidos e em países da Europa".
- **05.** O registro do acento grave em "... o fato pode estar ligado à guerra entre quadrilhas rivais...", no quarto parágrafo do texto, é obrigatório, haja vista que o substantivo "guerra" foi minudenciado no contexto.

Ainda com base no Texto I, julgue os itens a seguir:

- **06.** Infere-se do texto que, dentre as consequências desastrosas decorrentes do isolamento social, destaca-se a ameaça ao estado democrático de direito.
- **07.** Pela leitura do texto, depreende-se que o presidente acastela o isolamento vertical, ou seja, aquele em que apenas alguns grupos ficam isolados, selecionando-se grupos que apresentam mais riscos de desenvolver a doença ou aqueles que podem apresentar um quadro mais grave.
- **08.** Uma das consequências benéficas do isolamento é a arrefecimento de certos crimes, como aqueles contra o patrimônio.





- **09.** O tráfico de drogas ainda é um dos fatores que contribuem para o crescimento do número de homicídios no país.
- **10.** Infere-se do texto que o isolamento vertical surtirá efeitos mais eficientes quanto ao combate da pandemia causada pelo coronavírus.

### **TEXTO II**

### A representação da "realidade" na imprensa

Parece ser um fato assentado, para muitos, que um jornal ou um telejornal expresse a "realidade". Folhear os cadernos de papel de ponta a ponta ou seguir pacientemente todas as imagens do grande noticiário televisivo seriam operações que atualizariam a cada dia nossa "compreensão do mundo". Mas esse pensamento, tão disseminado quanto ingênuo, não leva em conta a questão da perspectiva pela qual se interpretam todas e quaisquer situações focalizadas. Submetermo-nos à visada do jornalista que compôs a notícia, ou mesmo à do câmera que flagra uma situação (e que, aliás, tem suas tomadas sob o controle de um editor de imagens), é desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise, é renunciarmos à perspectiva de sujeitos da nossa interpretação.

Tanto quanto os propalados e indiscutíveis "fatos", as notícias em si mesmas, com a forma acabada pela qual se veiculam, são parte do mundo: convém averiguar a quem interessa o contorno de uma análise política, o perfil criado de uma personalidade, o sentido de um levante popular ou o alcance de uma medida econômica. O leitor e o espectador atentos ao que leem ou veem não têm o direito de colocar de lado seu senso crítico e tomar a notícia como espelho fiel da "realidade". Antes de julgarmos "real" o "fato" que já está interpretado diante de nossos olhos, convém reconhecermos o ângulo pelo qual o fato se apresenta como indiscutível e como se compõe, por palavras ou imagens, a perspectiva pela qual uma bem particular "realidade" quer se impor para nós, dispensando-nos de discutir o ponto de vista pelo qual se construiu uma informação.

(Tibério Gaspar).

- Diante das informações que habitualmente nos oferecem os jornais e os noticiários, devemos, segundo o autor do texto:
- **11.** considerar como fatos efetivos apenas aqueles que ganham igual dimensão em todos os veículos.
- **12.** imaginar que os interesses existentes na divulgação dos fatos acabam por destituí-los de importância.
- **13.** interpretar as notícias de modo a excluir delas o que nos pareça mais problemático ou inverossímil.
- **14.** ponderar que tais informações são construídas a partir de um ponto de vista necessariamente particular.
- **15.** avaliar os fatos noticiados segundo o ângulo que melhor se afine com os nossos valores pessoais.

Ainda com base no Texto II, julgue os itens a seguir quanto aos aspectos gramaticais.

- 16. No segundo período do primeiro parágrafo, a expressão "ponta a ponta" poderia ser escrita com o emprego do acento grave (ponta à ponta), mas não com hífen (ponta-a-ponta), haja vista que se trata de um caso facultativo de ocorrência da crase e que o acordo ortográfico em vigor retirou o uso do hífen entre vocábulos repetidos.
- **17.** No terceiro período do primeiro parágrafo, a passagem " a questão da perspectiva pela qual se interpretam todas e quaisquer situações" poderia ser reescrita da seguinte forma: "a questão da perspectiva pela qual interpretam-se todas e quaisquer situações".





- **18.** Na expressão "Submetermo-nos à visada do jornalista", no quarto período do primeiro parágrafo, o termo "do jornalista" exerce função completiva com o substantivo "visada".
- 19. Na frase "O leitor e o espectador atentos ao que leem ou veem não têm o direito de colocar de lado seu senso crítico ...", os verbos ler, ver e ter foram empregados na terceira pessoa do plural, sendo escorreito o uso do acento diferencial para este último.
- 20. A frase "dispensando-nos de discutir o ponto de vista pelo qual se construiu uma informação.", constante da última linha do texto, poderia ser assim reescrita no plural: "dispensando-nos de discutir os pontos de vistas pelos quais se construíram uma informação."

# ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DPDF

Marcos Girão / Paulo Guimarães

- **21.** Inclui-se, entre os direitos dos assistidos da Defensoria Pública expressamente previstos na Lei Complementar nº 80/1994, o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor de sua escolha, desde que em exercício na circunscrição da causa.
- **22.** A Defensoria Pública dos Estados, conforme Lei Complementar nº 80/1994, compreende, como órgão de administração superior o Núcleo da Defensoria Pública do Estado.
- 23. Conforme a Lei Complementar nº 80/1994, cabe à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.

- **24.** De acordo com a Lei Complementar nº 80/1994, é válida a manifestação em autos administrativos ou judiciais por meio de cota, ainda que sem a utilização do timbre da instituição, desde que identificada a assinatura.
- **25.** Conforme Lei Complementar nº 80/1994, uma vez encerrada a instrução em audiência na qual presente o Defensor, este se considera intimado pessoalmente e daí passa a correr o prazo processual para apresentação dos memoriais.
- **26.** Conforme a Lei Complementar nº 80/1994, o Defensor Público necessita de procuração para transigir em nome da pessoa assistida, quando não há anuência expressa dela com os termos do acordo.
- **27.** É permitida a edição de lei estadual definindo critérios para o atendimento de pessoas jurídicas pela Defensoria Pública.
- **28.** A independência funcional da Defensoria Pública depende de lei, estabelecendo os limites da respectiva atuação.
- **29.** Eventual emenda constitucional que amplie a atuação da Defensoria Pública será considerada inconstitucional, uma vez que a Defensoria integra o núcleo essencial à função jurisdicional do Estado, sendo vedada qualquer alteração nas suas atribuições.
- **30.** Lei estadual que vincule a Defensoria Pública do Estado a secretaria desse mesmo Estado não contraria dispositivo constitucional, pois a vinculação não impede a independência funcional.





- 31. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública recebeu denúncia anônima de que um membro da carreira estaria vendendo informações pessoais de assistidos, as quais teria obtido em razão do cargo. Em averiguação preliminar no próprio órgão correcional, foram detectados indícios de infração disciplinar e autoria. Foi imediatamente instaurado um processo administrativo disciplinar para apuração responsabilidade. Para apuração de infração disciplinar dos defensores
- **32**. O regime jurídico da Defensoria Pública é diverso do da advocacia, pública ou privada, e é dever do membro identificar-se por matrícula própria, jamais por inscrição na OAB.
- 33. Maria, Defensora Pública no Estado do Rio de Janeiro, decidiu participar de uma sociedade comercial do ramo de alimentos. Considerando a sistemática estabelecida pela Lei Complementar nº 80/1994, a decisão de Maria está certa, desde que participe como cotista ou acionista.
- **34.** Em razão do reduzido volume de processos, foram realizados estudos visando à alteração das atribuições de determinado Núcleo da Defensoria Pública. Na sistemática da Lei Complementar nº 80/1994, a decisão a respeito da alteração das atribuições compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
- **35.** Pedro, Defensor Público no Estado do Rio de Janeiro, ingressou com representação perante a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, solicitando providências em relação às péssimas condições dos estabelecimentos prisionais situados no Estado. Considerando a sistemática vigente, Pedro atuou de modo regular, pois é função institucional da Defensoria Pública oferecer representações dessa espécie.

36. Para viabilizar o exercício de suas funções legais com eficiência, independência e celeridade, os Defensores Públicos contam com diversas garantias e prerrogativas. Conforme a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, é exemplo de prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado gozar de vitaliciedade, após 2 (dois) anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Túlio Lages

- No que diz respeito à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantais fundamentais, julgue os itens que se seguem.
- **37.** A liberdade de atividade profissional é prevista na Constituição Federal de 1988 como norma de eficácia contida.
- **38.** Entre os direitos do preso, a Constituição Federal de 1988 prevê o direito à identificação dos responsáveis por seu interrogatório policial, bem como o relaxamento imediato da prisão ilegal pela autoridade policial.
- **39.** A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- Julgue os próximos itens, relativos à organização político-administrativa do Estado.
- **40.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tratar sobre juntas comerciais.





**41.** É competente o Estado-membro para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial

Sobre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, julgue os itens que se seguem.

- **42.** São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração.
- **43.** Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por um terço de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- **44.** É plenamente possível que o juiz titular resida fora da respectiva comarca, desde que haja autorização do Conselho Nacional de Justiça.

No que tange à Defensoria Pública e às demais Funções Essenciais à Justiça, julgue os itens subsequentes.

- **45.** As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- **46.** A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, o qual, após ter sido indicado pelo Presidente da República, deve ser sabatinado pelo Senado Federal para que possa vir a ocupar o cargo.
- **47.** Cabe à União, mediante lei complementar, organizar a Defensoria Pública da União e dos Territórios e definir normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos estados e no Distrito Federal.

**48.** É inconstitucional norma estadual que estabeleça a vinculação da Defensoria Pública Estadual a alguma Secretaria de Estado.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thallius Moraes

- Levando em consideração as disposições doutrinárias, legais e constitucionais acerca da organização e dos princípios da Administração Pública, julgue os próximos itens.
- **49.** Obedecendo ao princípio da reserva legal, a criação das empresas públicas e das sociedades de economia mista deve ser autorizada por meio de lei complementar, sendo que a aquisição de sua personalidade jurídica ocorrerá com o registro na serventia registral pertinente.
- **50.** É caso de desconcentração administrativa quando um ente federado, por meio de lei, divide internamente suas competências, sem criar uma nova pessoa jurídica.
- **51.** Decorre do princípio da tutela administrativa a atribuição que a Administração possui para anular seus próprios atos, quando eivados dos vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade.

No que tange aos atos administrativos e aos poderes da Administração Pública, analise os próximos itens.

**52.** Situação Hipotética: Determinado servidor público, titular de um cargo efetivo, estava cumprindo o período de estágio probatório. Contudo, esse servidor foi reprovado no estágio probatório e consequentemente exonerado, com a justificativa de sua frequente inassiduidade. Posteriormente, esse servidor conseguiu demonstrar que nunca havia faltado ou se atrasado ao serviço. Assertiva: Nesse caso, o ato administrativo de exoneração é passível de anulação, ante a existência de um vício em sua finalidade.





- **53.** Para que determinado órgão de fiscalização da Administração Pública interdite um estabelecimento, que foi flagrado comercializando produtos alimentícios com o prazo de validade expirado, é necessário que seja concedida a ampla defesa prévia.
- **54.** A hierarquia é uma relação existente no exercício da função administrativa do Estado, não sendo aplicada no exercício das funções legislativa e jurisdicional.
- Conforme disposições da Lei 8.666/93, que trata das licitações públicas e dos contratos administrativos, analise as próximas assertivas.
- 55. Convite é a modalidade de licitação realizada entre interessados do ramo pertinente do objeto a ser licitado, cadastrados ou não. Os participantes serão escolhidos e convidados em número mínimo de três pelo órgão licitante. Contudo, também podem participar os demais cadastrados que não foram convidados, desde que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.
- Acerca do controle da Administração Pública, da Responsabilidade Civil do Estado e das disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue as próximas assertivas.
- **56.** Em caso de ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, a exigência do integral ressarcimento do dano encontra-se condicionada a existência de dolo na conduta do agente causador do dano.
- **57.** Uma das formas de controle interno da Administração Pública é a supervisão ministerial, também conhecida como controle finalístico, exercida por determinado ministério sobre as entidades da administração indireta a ele vinculadas.

**58.** Uma causa excludente da ilicitude penal afasta a responsabilidade civil da Administração Pública pelos danos causados pelos seus agentes, nessa qualidade, a terceiros.

Acerca das regras aplicáveis à delegação de serviços públicos a particulares, analise as próximas assertivas.

- **59.** A concessão de serviço público é formalizada por meio de um contrato administrativo, com uma pessoa jurídica ou consórcio de empresas, pelo qual a administração pública delega a outrem a execução de determinado serviço com características específicas, sem, entretanto, transferir a titularidade do serviço.
- **60.** A encampação, realizada mediante decreto, é a extinção de uma concessão para a prestação de serviço público por motivos de interesse público.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

- **61.** Acerca da consumação e da tentativa, julgue o item abaixo:
- Há tentativa quando, uma vez iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Nesse caso, em razão da adoção da teoria objetiva da punibilidade da tentativa, a pena será reduzida de um a dois terços, salvo disposição expressa em contrário.
- **62.** Acerca da consumação e da tentativa, julgue o item abaixo:
- É inaplicável o arrependimento posterior ao crime de dano qualificado pelo motivo egoístico, por se tratar de crime praticado mediante violência.





- **63.** Sobre a lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes:
- A lei penal mais grave é aplicável ao crime permanente, desde que sua vigência seja anterior à cessação da permanência.
- **64.** Sobre a lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes:
- Em se tratando de crime de moeda falsa, praticado por meio da fabricação de cédulas falsas de R\$ 100,00, cometido no estrangeiro, será aplicável a lei penal brasileira, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro.
- **65.** Acerca das causas de exclusão da ilicitude, julgue o item:
- O consentimento do ofendido é considerado causa legal de exclusão da ilicitude, podendo ser prestado antes, durante ou depois da conduta típica.

### **TEXTO-BASE PARA AS QUESTÕES 66 a 69**

Situação hipotética: José, brasileiro, jantava em um restaurante da cidade de Florença (Itália) quando foi convidado a se retirar do restaurante, em razão do adiantado da hora. Irritado e alterado pelos efeitos do álcool ingerido em excesso, José, com animus necandi, atira uma garrafa de vinho em direção à cabeça do garçom, rapaz jovem, mas erra o alvo e acaba atingindo fatalmente a italiana Giovana, uma senhora de 76 anos de idade, dona do restaurante.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes.

**66. Assertiva:** no caso em tela houve *aberratio ictus*, devendo ser consideradas as condições pessoais da vítima visada pelo agente, de forma que não incidirá a majorante de ter sido o homicídio praticado contra pessoa maior de 60 anos.

- **67. Assertiva:** apesar de se tratar de crime praticado no estrangeiro, com vítima estrangeira, será possível a aplicação da lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa.
- **68**. **Assertiva**: a aplicação da lei penal brasileira a José independerá de seu retorno ao território brasileiro.
- **69. Assertiva:** Deverá ser aplicada a José a agravante da embriaguez preordenada.
- **70.** Sobre os crimes contra a fé pública, julgue o item seguinte:
- Caso um mesmo agente falsifique documento público e posteriormente use o referido documento, deverá responder apenas pela falsificação, sendo o uso considerado mero exaurimento do delito.
- **71.** Sobre os crimes contra a fé pública, julgue o item seguinte:
- É típica a conduta daquele que atribui a si mesmo falsa identidade perante a autoridade policial, de forma a esconder seus antecedentes, ainda que tenha praticada a conduta em alegada situação de autodefesa.
- **72.** Sobre os crimes contra a administração da Justiça, julgue o item seguinte:
- José assumiu, perante a autoridade policial, a prática de um crime que teria sido praticado por seu irmão Ronaldo. Nesse caso, José deverá responder pelo crime de denunciação caluniosa, mas será isento de pena em razão do parentesco com o verdadeiro infrator.





### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Priscila Silveira

- 73. A doutrina é unânime ao apontar que os princípios constitucionais, em especial os relacionados ao processo penal, além de revelar o modelo de Estado escolhido pelos cidadãos, servem como meios de proteção da dignidade humana. Referidos princípios podem se apresentar de forma explícita ou implícita, sem diferença quanto ao grau de importância. São princípios constitucionais explícitos o contraditório, vedação das provas ilícitas e juiz natural.
- 74. A defesa técnica é aquela exercida por profissional legalmente habilitado, com capacidade postulatória, constituindo direito indisponível e irrenunciável. Ao réu é assegurado o exercício da autodefesa consistente em ser interrogado pelo juízo ou em invocar direito ao silêncio, bem como de poder acompanhar os atos da instrução criminal, além de apresentar ao respectivo defensor a sua versão dos fatos para que este elabore as teses defensivas. Ao acusado, contudo, não é dado apresentar sua própria defesa, quando não possuir capacidade postulatória.
- **75.** A respeito dos princípios gerais do direito processual penal e do inquérito policial, responda ao item a seguir. O arquivamento do inquérito policial embasado no princípio da insignificância faz coisa julgada material, o que impede seu desarquivamento diante do surgimento de novas provas.
- **76.** Em caso de ação penal privada, oferecida queixacrime perante a autoridade judiciária competente e iniciada a ação penal, se o querelante deixou de promover o andamento do processo por mais de 60 dias, em decorrência de sua inércia, perderá o seu direito de continuar no processo, extinguindo-se, por consequência, a punibilidade do agente.

- Público 77. Αo Ministério cabe promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida pelo Código de processo Penal e fiscalizar a execução da lei. Nesse diapasão, os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição, mas não aos impedimentos dos juízes.
- 78. O instituto da busca e apreensão no processo penal é procedimento de natureza eminentemente cautelar, com previsão na Constituição Federal e no Código de Processo Penal, sendo medida restritiva de direitos individuais com o objetivo de acautelamento. É medida excepcional por implicar tanto a quebra da inviolabilidade do domicílio, quanto a

inviolabilidade pessoal, em face das garantias constitucionais previstas no art. 5.º, incisos e X e XI, da Constituição Federal. Nesse sentido é correto afirmar que a busca domiciliar somente se dará no horário noturno se for consentida pelo morador ou com mandado judicial. Não havendo consentimento deste ou não existindo autorização judicial, a diligência somente poderá ser executada durante o dia, ainda que haja flagrância delitiva.

79. Acerca das hipóteses que autorizam a prisão preventiva, analise os itens a seguir. Será admitida a prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos; se o agente for reincidente por outro crime doloso; se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência e quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.





- **80.** É possível a proposta de transação penal nas infrações de menor potencial ofensivo, mesmo quando o autor do fato já tiver sido condenado anteriormente, com sentença transitada em julgado, por contravenção penal.
- **81.** A respeito do rito do Tribunal de Júri previsto no Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir. O juiz poderá determinar o desaforamento do julgamento por interesse da ordem pública, em caso de dúvida sobre a imparcialidade do júri, ou para preservar a segurança do acusado. O desaforamento será para a comarca mais próxima da mesma região onde não existam os motivos que o determinaram.
- 82. Alessandro foi denunciado pela prática de um homicídio doloso na forma tentada. Após a instrução da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, Alessandro foi impronunciado, e o Ministério Público interpôs o recurso cabível. O juiz de primeiro grau, contudo, denegou esse recurso fundamentando que estava intempestivo. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que o recurso interposto da decisão de impronúncia e o recurso cabível da decisão do magistrado que denegou esse recurso são, respectivamente, apelação e recurso em sentido estrito
- **83.** Levando-se em conta o sistema de recursos e de ações impugnativas do Código de Processo Penal, poderá ser pedida a revisão criminal, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, em qualquer tempo, antes da extinção da pena, sendo vedada a possibilidade do pedido após a extinção da pena.

**84.** Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Com relação ao habeas corpus é correto afirmar que a competência do juiz cessará sempre que a violência ou coação provier de autoridade judiciária de igual ou superior jurisdição.

### **DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

- **85.** À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item a seguir.
- Orientações normativas, súmulas e enunciados editados pelas autoridades públicas têm caráter vinculante em relação ao órgão a que se destinam, até ulterior revisão.
- 86. Com base no Código Civil, julgue o item a seguir.
- Os bens de pessoa que falecer sem deixar testamento serão destinados aos sucessores legítimos, que são, de acordo com a lei, os seus descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e os colaterais até o quarto grau.
- 87. Com base no Código Civil, julgue o item a seguir.
- O direito à sucessão aberta é considerado, para os efeitos legais, bem imóvel, ainda que os bens deixados pela pessoa falecida sejam todos móveis.
- 88. Com base no Código Civil, julgue o item a seguir.
- O pacto antenupcial por escritura pública é necessário ao casal que escolher o regime da comunhão universal, o da separação absoluta de bens ou o da participação final nos aquestos, sendo incabível no regime da comunhão parcial.





- 89. Com base no Código Civil, julgue o item a seguir.
- As partes podem alterar, por acordo, os prazos de prescrição, inclusive mediante renúncia expressa ou tácita.
- 90. Com base no Código Civil, julgue o item a seguir.
- Negócio jurídico celebrado por pessoa menor de dezesseis anos de idade é anulável.
- **91.** Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item a seguir.
- Autoridade judiciária brasileira tem competência concorrente para julgar ações relativas a imóveis que, situados no Brasil, sejam de propriedade de estrangeiros.
- **92.** Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item a seguir.
- Diante de omissão legal, o juiz decidirá de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, visando atender aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- **93.** Considerando o disposto no Código Civil acerca de personalidade e o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro acerca da vigência das leis, julgue o item a seguir.
- O início da personalidade civil das pessoas físicas ocorre com o nascimento com vida, enquanto o início da personalidade civil das pessoas jurídicas de direito privado ocorre com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessário.
- **94.** Julgue o item que se segue, a respeito da disciplina jurídica dos contratos no direito civil.
- No direito civil, há exceções ao princípio da relatividade dos efeitos contratuais, como, por exemplo, nos institutos da estipulação em favor de terceiro e do contrato com pessoa a declarar.

- **95.** Julgue o item que se segue, a respeito da disciplina jurídica dos contratos no direito civil.
- De acordo com o Código Civil, a extinção de um contrato em razão da ocorrência de situação prevista em cláusula resolutiva expressa depende de pronunciamento judicial para que possa produzir seus regulares efeitos jurídicos.
- **96.** De acordo com o Código Civil, julgue o próximo item, acerca de classes de bens, associações, fundações, prova do fato jurídico e atos jurídicos.
- Confissão realizada por representante legal ou voluntário será sempre nula, porque, segundo o Código Civil, aquele que não é capaz de dispor do direito não tem legitimidade para realizar confissão.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Ricardo Torques** 

- Sobre o conteúdo de Direito Processual Civil, julgue os itens seguintes.
- **97.** O Princípio da Demanda, positivado no art. 2º do Código de Processo Civil, não admite exceções.
- **98.** Em respeito ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, nenhuma decisão poderá ser proferida sem que a parte tenha sido previamente ouvida.
- **99.** Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade apenas.
- **100.** É competente o foro do idoso sempre que este figurar como autor ou réu.
- 101. O Código de Processo Civil permite que a ação de reparação de dano sofrido em acidente de aeronaves seja processada e julgada no foro de domicílio do autor.





- **102.** É permitida a reunião de processos que gerem risco de decisões conflitantes caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.
- **103.** A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- **104.** A intervenção do *amicus curiae* poderá alterar a competência da ação.
- **105.** O juiz poderá ser declarado suspeito quando uma instituição de ensino superior, na qual lecione, figurar num dos polos da ação.
- **106.** A petição inicial, dentre outros requisitos, deverá apresentar o pedido de citação do réu.
- 107. No caso de condenação em quantia certa, o cumprimento definitivo de sentença far-se-á a requerimento do exequente e o executado terá o prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento, incluídas as custas.
- **108.** A oposição de embargos à execução exige a garantia do juízo.

### **DIREITO DO CONSUMIDOR**

Paulo Sousa

- **109.** Considerando o disposto no Código de Defesa do Consumidor (CDC), julgue o próximo item.
- É vedado o envio ou a entrega de qualquer produto ao consumidor sem sua prévia solicitação, por constituir prática abusiva.

- **110.** Julgue o item seguinte, com base no Código de Defesa do Consumidor.
- A contagem do prazo decadencial é, em regra, iniciada a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, mas, se houver vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- **111.** Julgue o próximo item, acerca de direitos do consumidor e da defesa do consumidor em juízo, segundo a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.
- Consoante entendimento do STJ, nas demandas coletivas de consumo, o dano moral coletivo não se caracteriza como categoria autônoma de dano, pois está relacionado à integridade psicofísica da coletividade e se identifica com os atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico).
- **112.** A respeito da publicidade, das sanções criminais e das práticas contratuais abusivas em relações de consumo, julgue o item a seguir, tendo como referência a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.
- Segundo entendimento da 2.ª Seção do STJ nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada, porque tal prática configura venda casada.
- **113.** Julgue o item seguinte, com base no Código de Defesa do Consumidor.
- Produtos remetidos ao consumidor sem sua prévia solicitação equiparam-se a amostras grátis, de modo que o consumidor não tem obrigação de pagar por eles.





- **114.** À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o seguinte item, relativo a direito do consumidor, desconsideração da personalidade jurídica, registros públicos e contratos bancários.
- É de natureza subjetiva a responsabilidade das instituições de ensino superior por danos causados a seus alunos pelo oferecimento de curso não reconhecido pelo Ministério da Educação, quando violado o dever de informação ao consumidor.

### **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Ricardo Torques** 

Sobre os direitos das crianças e adolescentes, tendo em vista a legislação tutelar, julgue os itens subsequentes.

- **115.** No tocante do direito à vida e à saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante à grávida a sua vinculação, no início da gravidez, ao estabelecimento em que será realizado o parto.
- **116.** A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, salvo quando aplicados pelos pais ou pelos responsáveis por sua formação.
- **117.** A permanência de uma criança em programa de acolhimento institucional fica limitada temporalmente a, no máximo, 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogado em estrita observância de seus interesses.
- **118.** O reconhecimento de filhos poderá ocorrer, inclusive, após o falecimento dos pais.

- 119. O Estatuto da Criança e do Adolescente não estabelece critérios preferenciais conforme as características da criança ou adolescente a ser adotado.
- **120.** A prestação de serviços comunitários será sem remuneração, por período não excedente a seis meses, e as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente.







# Preencha o Gabarito!

https://bit.ly/Simulado-DPDF-09-05-20

# Conheça nosso sistema de questões! Clique no banner!

Concursos







## Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

ESTRATEGIA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO<sup>,</sup> SEM PREOCUPAÇÃO

DIEICAD CONDIÇÕES NO SITE

